

Dia-Logos comporta artigos que tratam da abordagem da História Política, como dos demais domínios da História. E essa edição brinda o seu leitor com dois trabalhos dos períodos da Antiguidade e do Medieval, além do enfoque da História Moderna ou da História Contemporânea, sobre conceitos, ideias ou movimentos de longa duração. Nesse quinto ano de revista, somos brindados com cinco textos de Estados coirmãos: Bahia, Minas Gerais, Paraná (2) e São Paulo.

Imprimir uma revista acadêmica no mundo virtual de hoje pode parecer ultrapassado. Contudo, sem nostalgias e retrocessos, queremos resguardar a história como há milênios os papiros do Egito e do mar Morto se conservam. Apesar da importância do aparato tecnológico, o livro ainda guarda todo o seu encanto e permanece como o maior suporte de memórias. No entanto, também não queremos nos afastar do processo da internet, pelo contrário. Nosso trabalho e empenho foram reconhecidos pela CAPES e, desde o ano passado, nosso periódico encontra-se indexado no Qualis, contando com a avaliação B5. Nosso site já está disponível para consulta em endereço próprio [www.revistadialogos.net](http://www.revistadialogos.net), onde, igualmente, se disponibiliza os números das revistas passadas e as novas produções.

Portanto, é muito relevante imprimir, anualmente esse periódico, difusor de novas pesquisas e pesquisadores, e distribuí-lo entre os principais programas de pós-graduação em História do país e quiçá do exterior.

Esperamos que apreciem a revista e mais uma vez agradecemos a todos que participaram desse imenso e árduo trabalho, mas de grande importância para a divulgação da pesquisa científica no Brasil.

Boa Leitura!  
Conselho Editorial

## Eduardo Prado: Um Monarquista em Tempos Republicanos

Amanda Muzzi Gomes\*

*Sem estimar consideravelmente os métodos do Império, Prado amava o trono imperial pela antiguidade que lhe davam, não os anos, mas a hereditariedade, a continuidade histórica, como ramo mais poderoso e mais frutífero do velho tronco colonial que apodrecera.[...] Com o desaparecimento do Império ele temia o desaparecimento do velho Brasil, da sua sociedade esmerada e culta, dos seus costumes graves e doces, da sua disciplina social, da sua segurança legal, da sua harmonia econômica, da sua autoridade entre as nações de toda aquela ordem famosa que o erguia na América como o representante mais alto da civilização latina.<sup>1</sup>*

### Inserções sociais e trajetória monarquista

Eduardo Paulo da Silva Prado foi um dos mais expressivos intelectuais monarquistas da década de 1890. Filho do senador Martiniano da Silva Prado e de Veridiana Prado, membros da aristocracia cafeeira paulista, ele nasceu, em 1860, em berço no qual se destacavam a fortuna e o prestígio, tendo vários familiares influentes na política imperial. Entretanto, ele não chegou a ocupar cargos políticos durante a monarquia.<sup>2</sup>

Nos tempos de estudante Eduardo Prado dirigiu revistas literárias e jornais políticos e foi repórter do *Correio Paulistano*, órgão da União Conservadora, chefiada pelo conselheiro Antônio Prado, mas não produziu obras políticas antes da instauração da república.

Após formar-se bacharel em ciências sociais e jurídicas pela Faculdade de Direito de São Paulo, em 1881, Eduardo Prado viajou pela Europa, América do Sul e África. O seu livro *Viagens*, cujo primeiro tomo saiu em 1896, como o título indica, relata suas impressões com as viagens realizadas. Ao retornar ao Brasil, Prado foi nomeado adido à Legação Brasileira em Londres, chefiada por Francisco Inácio de Carvalho Loiola, o barão de Penedo.

Foi com a queda da monarquia que Eduardo Prado iniciou de fato sua militância política, em reação aos excessos de arbítrio e violência da república recém instalada. Como já estava morando em Portugal, ele escreveu uma série de artigos de crítica ao Governo Provisório, de novembro de 1889 a junho de 1890, na *Revista de Portugal*. Prado fazia parte do grupo literário luso-brasileiro "Vencidos na vida", que incluía intelectuais como Ramalho Ortigão, Oliveira

Martins, Guerra Junqueiro, Afonso Arinos e Rio Branco. Sob o pseudônimo de Frederico de S., ele pode atacar o novo regime, tendo na revista dirigida pelo amigo Eça de Queiroz, a liberdade que jamais teria aqui. Esses artigos foram reunidos em livro sob o título *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*, publicado em Lisboa, em 1890. No Brasil a obra não sofreu a mesma censura que *A Ilusão Americana* sofreria posteriormente durante o governo de Floriano Peixoto, mas também foi cerceada durante o governo de Deodoro da Fonseca.

*Fastos da Dictadura Militar no Brazil* foi o primeiro conjunto organizado de críticas ao regime republicano e imediatamente após a sua instalação. Além das críticas pontuais aos ministros Rui Barbosa e Benjamin Constant, os seus principais alvos de ataque eram: o militarismo, o positivismo e o jacobinismo. Esses elementos passaram a ser ainda mais execrados por todos os monarquistas durante o governo de Floriano Peixoto. Além disso, segundo Janotti, seus artigos sistematizaram o próprio discurso monarquista, pois "as idéias de Prado serviram como uma plataforma de base ideológica do grupo em formação".<sup>3</sup>

Eduardo Prado ainda estava em Portugal quando o visconde de Ouro Preto, presidente do último Conselho de Ministros, e sua família para lá foram exilados. Desde os tempos de faculdade, Eduardo Prado era amigo de seu filho mais velho, Afonso Celso de Assis Figueiredo Júnior. Foi Ouro Preto quem o apresentou à família imperial. Eduardo Prado acabou sendo um dos monarquistas que mais auxiliou financeiramente o Imperador destronado no exílio.<sup>4</sup>

Quando retornou da Europa, Prado intensificou sua atuação jornalística. Inicialmente ele foi redator de *A Tribuna*, novo título da *Tribuna Liberal*, jornal que havia sido lançado por membros do Partido Liberal em dezembro de 1888, dirigido por Carlos de Laet, mas que teve sua circulação suspensa em novembro de 1889. Desde que o jornal ressurgiu a 1º de julho de 1890, sob a direção de Antonio de Medeiros, Eduardo Prado atacava efusivamente Deodoro e os oficiais beneficiados pela ditadura. Foram os corrosivos artigos de Prado que motivaram o famoso ataque de militares e civis ao jornal, a 29 de novembro, em que houve muitos feridos e foi atingido mortalmente o revisor João Ferreira Romariz. O Ministério do Governo Provisório pediu demissão coletivamente. A imprensa da capital se reuniu na redação do *Jornal do Comércio* e lavrou um manifesto público contra a arbitrariedade do governo.<sup>5</sup>

Prado continuou a escrever artigos nos quais combatia a nova situação política em sua colaboração na seção "Opiniões", de

assuntos gerais, do *Comercio de S. Paulo*, dirigido por César Ribeiro. Eduardo Prado adquiriu esse jornal em 1895, com seus próprios fundos, para que se tornasse órgão da propaganda monárquica. Os seus artigos publicados nessa folha foram reunidos, entre outros escritos, na série sob o título *Collectaneas*, composta de quatro volumes, publicados postumamente, de 1904 a 1906.

Prado fez do *Comercio de São Paulo* um órgão de denúncia aos abusos do governo republicano, como na ausência de repressão aos envolvidos em empastelamentos de jornais de oposição ao governo, bem como de suas más gestões em assuntos tópicos, como os subsídios à lavoura cafeeira. Prado travou alentadas polêmicas com eminentes publicistas republicanos, como Ferreira de Araújo, e desenvolveu idéias de obras suas anteriores, como a crítica à tendência brasileira em imitar os Estados Unidos, que já havia feito em *A Ilusão Americana*.

Prado também transformou o jornal no mais eficaz instrumento de propaganda da causa monárquica na cidade de São Paulo. Em suas colunas ele divulgava as realizações dos monarquistas, como o banquete de 15 de outubro de 1895, organizado por ele mesmo e Rafael Correia em homenagem ao aniversário de D. Pedro de Alcântara, filho mais velho da Princesa Isabel. Outro feito que Prado destacou foi o *Manifesto do Partido Monarchista de S. Paulo*, propositalmente lançado a 15 de novembro do mesmo ano, redigido por João Mendes de Almeida, com quem ele dividia a liderança do grupo monarquista de São Paulo. Pouco depois, os dois líderes organizaram o Partido Monarchico, o que estimulou os monarquistas do Rio de Janeiro para a criação do Diretório Monarchico no ano seguinte.

Eduardo Prado foi o maior aglutinador de seguidores à causa restauradora na cidade de São Paulo. Por isso, nos momentos de crise política ele foi bastante perseguido por republicanos. Prado foi também um dos ativistas que mais investiu financeiramente no movimento monárquico. Além do círculo paulista, ele mantinha estreitos contatos com monarquistas do Rio de Janeiro, entre os quais Joaquim Nabuco, com o qual partilhava certas idéias, como a da tradição monárquica no Brasil e a anglofilia.

Do final de 1889 até ser obrigado a fugir do Brasil em 1896, em razão das perseguições que sofreu pelas ruas de São Paulo, sobretudo por parte dos jacobinos, Eduardo Prado dedicou-se quase que exclusivamente à causa monárquica. Entre os jovens monarquistas ele foi o mais expressivo intelectualmente, secundado

pelo companheiro Affonso Celso Júnior. A propaganda monarquista absorvia quase todo o seu tempo, o que não impediu, todavia, que ele ajudasse na fundação da Academia Brasileira de Letras, na qual ocupou a cadeira de número 40, e se tornasse sócio do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Ele também foi membro do Instituto Histórico de São Paulo e do Conselho Superior da Sociedade de Etnografia e Civilização. Seus méritos literários eram reconhecidos também na Europa, tendo sido laureado pela Academia Francesa.

Foi em Paris, ainda em 1896, que ele se dedicou à segunda edição de *A Ilusão Americana*, sua obra política de maior repercussão, até mesmo por ter sido a primeira obra apreendida pela polícia na república brasileira, no mesmo dia em que foi posta à venda nas livrarias de São Paulo, a 4 de dezembro de 1893.<sup>6</sup> Nabuco atribui a si a idéia inicial de *A Ilusão Americana*. Ele diz que algumas vezes expôs a Eduardo Prado as linhas gerais do livro, que ele inicialmente havia denominado *A perda de um continente*, e desejava que alguém o escrevesse.<sup>7</sup> De todo modo, em 1893, quando o Brasil ainda estava sob a presidência militar de Floriano Peixoto, ambos tinham ardor europeísta; eram anglófilos; preferiam a forma de governo monárquica e combatiam a república, sobretudo a norte-americana, para eles objeto de exemplo e mesmo imitação pelos países latino-americanos, o que só aumentava a desordem e a anarquia dos mesmos. Ambos consideravam que a civilização européia é que lhes devia servir de exemplo, especialmente o parlamentarismo inglês.

Contudo, na segunda metade da década de 1890, embora tenham prosseguido a amizade e troca de idéias, as opiniões ficaram divergentes a esse respeito. Nabuco aderiu ao monroísmo e pan-americanismo, ao passo que Prado continuou crítico a esses, tanto que ele não faz alterações de conteúdo à segunda edição de *A Ilusão Americana*. Todavia, por causa das perseguições sofridas, mesmo após retornar ao Brasil, Prado não voltou a fazer propaganda monárquica, apesar dos contatos com os amigos monarquistas. Ele não tinha mais rígidas posições como antes. Prado foi um dos poucos, por exemplo, a apoiar Nabuco na aceitação do cargo diplomático oferecido por Campos Salles, colocando-se contrariamente à opinião da velha guarda monarquista: visconde de Ouro Preto, João Alfredo Correia de Oliveira, Lafayette Rodrigues Pereira e Andrade Figueira.<sup>8</sup>

Eduardo Prado tornou-se profundamente católico, tendo organizado a série de conferências sobre José de Anchieta. Seus

últimos escritos foram de teor religioso.<sup>9</sup> Em *A bandeira Nacional*, obra póstuma publicada em 1903, como ela começou a ser escrita em outubro de 1890 em Paris, ele até defende a monarquia como o governo representativo e constitucional, mas se concentra no combate às alterações feitas pelos republicanos na bandeira do país e na refutação à *Apreciação Filosófica*, de Teixeira Mendes.<sup>10</sup>

Apesar de sua morte prematura, em 1901, com 41 anos, Eduardo Prado foi um dos monarquistas mais atuantes não apenas em termos de produção intelectual, como em aglutinação de seguidores ao movimento monárquico.

### A mudança de regime e o Segundo Reinado nos textos de Prado

Eduardo Prado não chegou a escrever uma obra específica sobre a monarquia, ou mesmo de algum assunto a ela referente. No entanto, seus textos de crítica à república são pincelados por avaliações sobre a monarquia. De modo similar a boa parte dos intelectuais monarquistas, Prado adotou a reflexão retrospectiva como recurso narrativo para as críticas à república. Dessa maneira, as realizações monárquicas eram contrapostas aos erros republicanos. As mazelas da República eram confrontadas às proezas do Império. Portanto, a finalidade, causticar o novo regime, era uma marca forte em suas ponderações sobre o antigo regime.

Prado costumava representar o Período Regencial e o Segundo Reinado de maneira homogênea e unificada, como os sessenta anos de paz, ordem e liberdade que abriram crédito na opinião universal ao Brasil e o colocaram em supremacia sobre os latino-americanos. As palavras do amigo Eça de Queiroz, que foram utilizadas como epígrafe a esse artigo, bem demonstram o papel civilizador que Prado atribuía à monarquia após a Independência. Essa imagem aparece já na introdução aos artigos de *Fastos da Dictadura Militar*<sup>11</sup>, atravessa *A Ilusão Americana* e prossegue nos artigos do *Commercio de S. Paulo*.

Contudo, para Prado, um dos culpados pela queda da monarquia foi o próprio governo. O Partido Republicano dia a dia tornou-se mais numeroso, ruidoso e ansioso por dominar o país. Além do excesso de liberdade ter permitido esse ímpeto por parte do partido adverso à monarquia, o Exército estava esquecido, mal organizado, pessimamente remunerado e erroneamente instruído, de modo que lhe foi permitido criar uma situação dissolvente de toda a disciplina e destruidora de todo o respeito. Prado ainda acrescenta

que era justo o descontentamento do exército. Para ele, "o acordo entre essas duas forças" foi fatal, até mesmo porque lógico.<sup>12</sup> Além da conjugação desses fatores, ele responsabiliza pessoalmente Pedro II, já que ele "caiu pelo excesso de algumas virtudes que não de immortalisam-o", como a liberdade concedida a todos, mesmo aos opositores, e a abolição da escravidão.<sup>13</sup>

A imagem de D. Pedro II que Eduardo Prado compartilha é a do monarca cidadão, construída na década de 1870.<sup>14</sup> Prado defende que o Imperador elevou o nível intelectual do país como um rei civil, constitucional e sábio, sendo um famoso freqüentador de bibliotecas, museus e universidades. No entanto, a virtude criou um problema, pois "o divórcio do Imperador das coisas militares, entendidas à hespanhola, foi o que salvou a civilização brasileira, mas foi o que perdeu a monarquia".<sup>15</sup>

O rei sábio soube projetar a imagem do Brasil como o país sul-americano mais civilizado e livre. No entanto, ele não utilizou de seus conhecimentos em relação às classes militares e tampouco cuidou do ensino em relação a essas. Prado defende que "o governo monarchico commeteu um erro imenso deixando ao ensino militar o seu caracter exclusivamente theorico". Assim, "o Sr. D. Pedro II, tão ocupado das ciências, não fez senão abacharelar o official do exercito que agora naturalmente revela um tão pronunciado furor politicante, discursante e manifestante".<sup>16</sup>

O excesso de liberdade – de imprensa, reunião e pensamento – permitiu aos civis do Partido Republicado almejar a tomada de poder. Já o bacharelismo desviou os militares de suas funções precípuas e, somado com as péssimas condições em que o governo deixava o Exército, originou o desejo de conquista do poder também por parte desses elementos.

Deste modo, Eduardo Prado, além de admitir a responsabilidade da monarquia em sua própria queda, e inclusive esclarecer sobre erros pontuais do Imperador, também entende que o ato de 15 de novembro de 1889 foi mais do que um simples levante militar, tendo sido a conjugação de esforços de civis e militares. Por isso, ele explica que aquilo que a princípio seria apenas uma revolta militar acabou se tornando uma revolução.

Por outro lado, Eduardo Prado não se preocupou em explicar o abolicionismo e nem mesmo a extinção da escravidão. O abolicionismo teria apenas servido de derivativo para o "nervosismo especial" que ele diz acometer os militares e parte da população civil do Rio de Janeiro, já que ele via a população da Corte como mais

barulhenta em suas manifestações. Em razão da atmosfera abolicionista, o Imperador foi delirantemente saudado tanto em sua partida para viagem à Europa, como em seu retorno, em agosto, pouco após a abolição.<sup>17</sup>

Todavia, Prado não vê participação popular em relação ao abolicionismo e nem menciona fatores relacionados, como o surgimento de jornais abolicionistas. Tampouco ele destaca a atuação de intelectuais no movimento, como o amigo Joaquim Nabuco.

A própria abolição é retratada por ele como um ato do trono: por vezes da Princesa Isabel, mas principalmente do Imperador.<sup>18</sup> Ele define Isabel como chefe libertadora, sem atentar ao caráter interino de sua regência. Mais tarde, com o exílio e o martírio de ter que viver longe da pátria, ela foi consagrada.<sup>19</sup> Todavia, não há nos escritos de Prado um culto à Princesa Isabel. O representante da dinastia dos Bragança de sua adoração é D. Pedro II. Ainda que lhe aponte defeitos e erros no governo, o Imperador era a personificação do monarca justo e exemplar. São constantes em sua obra os elogios à "nobre personalidade" do Imperador e ao seu modo de vida, simples e comedido.<sup>20</sup> A elevação de caráter de Pedro II fazia-o desinteressado pelo dinheiro e pelo luxo, como o demonstrava o próprio Paço de São Cristóvão, com modestos aposentos. Prado até defende que os republicanos resolveram transformar a residência em museu nacional justamente para que a posteridade não se lembrasse "da simplicidade da vida e do desinteresse que tanto honram o velho Imperador".<sup>21</sup>

Em relação ao Poder Moderador, apesar de fazer uso do poder pessoal, Prado argumenta que, pelo próprio sistema parlamentar, o Imperador tinha bem menos poderes do que os presidentes republicanos.<sup>22</sup> As intervenções do Pedro II em sua maioria visavam atender aos desejos da opinião pública. Até a escolha dos presidentes do Conselho de Ministros era feita segundo esse critério. Para Eduardo Prado, não havia rotatividade dos partidos no poder. O que ocorria era que quando o partido dominante gastava-se no poder, a oposição tinha total liberdade para agitar a opinião pública. Caso esta simpatizasse com os opositoristas, o Imperador, sempre atento às movimentações políticas e sociais, chamava logo a oposição para o governo.<sup>23</sup>

Curiosamente, apesar de reafirmar que o Imperador fazia concessões em relação aos seus súditos como um todo, Prado em nenhum momento se indaga sobre as pouquíssimas manifestações

populares em prol da monarquia ou mesmo de Pedro II imediatamente após o ato de 15 de novembro. Essa foi uma questão que affligiu muitos de seus correligionários, como o conselheiro Tito Franco d'Almeida<sup>24</sup> e o amigo Affonso Celso.<sup>25</sup>

Outra questão que não é objeto de indagação ou reflexões por parte de Prado era por que o Imperador, tão justo e solícito aos anseios gerais, não acabou antes com a escravidão. A explicação, para ele, era muito simples: a culpa era dos Estados Unidos. Ao argumentar acerca da superioridade da monarquia em relação à república, e no rol de críticas à república norte-americana, Prado compara os Estados Unidos e o Brasil face ao mesmo problema: a abolição da escravatura. A "solução genuinamente republicana e norte-americana" ocorreu pela violência, pela força, no fragor da guerra fratricida. Diferente foi a "solução genuinamente monárquica e brasileira", feita de forma pacífica e que "excedeu os sonhos dos otimistas mais humanitários". Por esse motivo, "a monarquia brasileira teve a glória de ser punida por uma ação libertadora".<sup>26</sup> E para o fato do Brasil ter sido o último país em extinguir a escravidão a explicação é a mesma: a culpa foi dos Estados Unidos.

Prado escreve *A Ilusão Americana* para desmistificar a noção da fraternidade americana, ou seja, a visão dos EUA como protetor das nações do continente. Por isso, ele arrola as muitas influências negativas dos EUA sobre a América Latina e o Brasil, como a própria adoção da forma de governo republicana. O seu alvo de críticas indireto é a república brasileira: que estaria imitando a norte-americana em vários aspectos, como na própria carta constitucional. Entretanto, contraditoriamente, Prado acaba, ainda que de maneira mais indireta ainda, criticando a própria monarquia brasileira: esta se deixou levar também pelas más influências norte-americanas, que começaram logo após a Independência. Prado explica que o Brasil conservou por tanto tempo a escravidão por causa dos Estados Unidos. Segundo Prado, o Brasil só manteve demasiadamente a "instituição iníqua" porque a maior nação da América a legitimou, e de sua parte escravocrata nos veio o incentivo, inclusive pelas notícias aqui chegadas sobre o que se fazia e se dizia nos EUA para defender a escravidão. Entretanto, não foi só pela "força danosa do seu exemplo" que a escravidão demorou a ser extinta no Brasil, mas também "por ter inspirado aos tímidos o receio de que a solução do problema no Brasil fosse a mesma tragédia da América do Norte". Prado cita documentos, como a mensagem do presidente Taylor de 4 de dezembro de 1849, que comprovam que o tráfico de africanos

para o Brasil era feito por navios construídos nos EUA, pertencentes a americanos e comandados e tripulados por americanos.<sup>27</sup>

Assim, a culpa pela demora em resolver a principal "questão social" do Brasil, como Prado a entendia, é atribuída aos Estados Unidos. Já a solução, a abolição, é vista como um gesto do trono, ou seja, uma concessão de cima para baixo, da monarquia aos súditos.

A intensificação da campanha abolicionista não é analisada por Prado, possivelmente mesmo porque destacá-la implicaria em acentuar a ação de outros atores, como os próprios escravos. Ele não menciona nenhuma das atuações da Princesa Isabel em favor da abolição, como a acolhida de escravos fugidos no Palácio Real, a participação em quermesses que visavam arrecadar fundos para a causa abolicionista e a organização da primeira "batalha das flores".<sup>28</sup> Até a representação da Princesa como a redentora não é muito destacada, fator que até o ajudaria na argumentação da abolição como um feito do trono. No máximo ele a vê como redentora, mas todo o destaque que ele é confere é ao Imperador, símbolo maior da monarquia.

Enfim, em relação a certos fatores, como no tratamento dado ao Exército, Prado vê erros no reinado de Pedro II. Já para outros, como a abolição, a visão é unilateral, apontando apenas a benevolência governamental.

Por ter escrito na década de 1890, com a república já instalada, Eduardo Prado não dedica atenção a fatores candentes do final do Segundo Reinado, como as reformas políticas propostas pelos Liberais e cada vez mais demandadas nos últimos anos monárquicos. Essa ausência em suas análises também se deve ao fato de que ele mesmo não foi político durante a monarquia. A sua preocupação é menos com o que a monarquia poderia ter feito para não cair do que com os problemas, alguns originados da própria virtude do Imperador em manter as liberdades políticas, que a fizeram desmoronar. Como Prado escreve em um momento em que a monarquia não mais vigorava, ele não tinha apelo salvacionista, embora visasse fortalecer o movimento restaurador com suas denúncias e combates aos governos republicanos. Nos ataques à república recém-implantada Prado foi um publicista da monarquia. No momento tenso da primeira década republicana ele trouxe à tona elementos da tradição imperial. Reticamente esses elementos foram mobilizados como instrumental de crítica em sua argumentação contra a república. Por outro lado, na prática restauradora essa tradição se inseria em um passado recente que se queria reinstalado em futuro próximo.

Contudo, Prado não efetuou construções discursivas que tencionassem vitimizar o Imperador destronado e eximir sua administração de qualquer culpa na queda da monarquia. Intelectual refinado, Prado admitiu imperfeições majestáticas. O maior erro do Imperador, para utilizar uma expressão de Joaquim Nabuco<sup>29</sup>, foi marcar o seu reinado pelo excesso de liberdades. Assim houve abertura de espaço para as contestações e confabulações diversas que levaram à queda do regime. O mesmo fator, a liberdade, servia para marcar positivamente o regime findo e em sentido inverso o recém instalado. Justamente a liberdade era o que menos existia no novo regime, impetrado pela força militar, coadjuvado pela civil, e que só pelo arbítrio poderia se sustentar. Esse foi o eixo de denúncias de *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*. As obras de Prado ficaram conhecidas como de combate à república brasileira, porque de fato o eram, além de terem sido as primeiras cerceadas pelo novo regime. No entanto, de maneira subliminar ele tentou traçar certa memória do regime monárquico. E memória ligada às incertezas de um turbulento presente. Memória, apropriando-nos de Gilberto Velho, que tinha em vista projeto, ação de futuro. Memória e projeto esses que davam significado a uma trajetória individual.<sup>30</sup>

Contudo, Eduardo Prado sofreu obliteração. Sua atuação política foi ofuscada até pela de seus familiares ilustres, como Paulo Prado e Antonio Prado, inclusive porque ele não ocupou cargo na política institucional. Ademais, sua militância praticamente se circunscreveu a um movimento político fracassado, conforme foi o ativismo monárquico. Raramente se encontrará estudo sobre o limiar da república, principalmente de história intelectual, que não mencione seu nome ou suas obras, até pela repercussão que tiveram na época. Mas quase não há estudos sobre Eduardo Prado. Ele é um dos atores/intelectuais mais comentados e menos analisados pela historiografia. Esse artigo visou ajudar a preencher essa lacuna, em um primeiro plano. Já num segundo, tencionou destacar a riqueza de experiências políticas deste momento ímpar de nossa história: o da transição entre as suas duas formas de governo, monarquia e república.

## Notas de Referência

- \* Doutoranda do Programa de Pós-Graduação de História Social da Cultura da Pontifícia Católica do Rio de Janeiro (PUC), orientada pelo Professor Doutor Marco Antônio Villela Pamplona. Contato: amandamuzzi@hotmail.com Bolsista CNPQ.
- 1 QUEIROZ, José Maria Eça de. Notas contemporâneas. Apud: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Os subversivos da República*. São Paulo: Brasiliense, 1986, p. 34.
  - 2 As informações biográficas de Eduardo Prado foram extraídas de: JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco, *op. cit.*, p. 29-35; das Fichas Técnicas de Arquivos e Coleções Particulares do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e do Anexo "Sobre o autor" para a quinta edição de PRADO, Eduardo. *A Ilusão Americana*. São Paulo: Ibrasa, 1980, p. 189-190.
  - 3 JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p. 34.
  - 4 SCHWARCZ, Lília Moritz. *As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. 2ª ed. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p. 484.
  - 5 SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro, Editora Civilização Brasileira, 1966, p. 290-293. JANOTTI, Maria de Lourdes Mônaco. *Op. cit.*, p. 37-41.
  - 6 Os detalhes sobre a proibição da venda, a apreensão dos demais exemplares na tipografia em que o livro foi impresso logo no dia seguinte e a opinião de Eduardo Prado sobre o sucesso do livro e sua proibição encontram-se na entrevista que ele concedeu à *Platéia*, a 5 de dezembro. A matéria com a entrevista foi reproduzida como Apêndice à 5ª ed. de *A Ilusão Americana*, p. 183-188.
  - 7 NABUCO, Joaquim. *Joaquim Nabuco: Diários*. Rio de Janeiro: Bem-te-vi, 2006, 5 de dezembro de 1893, p. 346.
  - 8 *Id.*, *ibid.*, 7 de janeiro e 8 de março de 1899, p. 400-402.
  - 9 PRADO, Eduardo. *Collectaneas*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1906, vol. I.
  - 10 *Id.*, *A bandeira Nacional*. São Paulo: Escola Typographica Salesiana, 1903.
  - 11 PRADO, Eduardo. "Introdução". *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*. 4ª ed. Pelotas: Americana, 1894, p. II.
  - 12 *Id.*, *ibid.*, p. 2.
  - 13 *Id.*, *ibid.*, p. 7.
  - 14 SCHWARCZ, Lília Moritz. *Op. cit.*, p. 319-343.
  - 15 PRADO, Eduardo. *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*, *op. cit.*, p. 7-8.
  - 16 *Id.*, *ibid.*, p. 29.
  - 17 *Id.*, *ibid.*, p. 26.
  - 18 *Id.*, *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*, p. 22-23 e *A Ilusão Americana*, p. 50.
  - 19 *Id.*, *A Ilusão Americana*, p. 50.

- <sup>20</sup> Id., *Fastos da Dictadura Militar no Brazil*, p. 7, p. 145.
- <sup>21</sup> Id., *ibid.*, p. 145.
- <sup>22</sup> Id., "Moreira de Barros", *Commercio de S. Paulo*, 11.7.1896, in: *Collectaneas*, vol. II, p. 282.
- <sup>23</sup> Id., "Uma lição de Aristóteles", *Commercio de S. Paulo*, 12.12.1895, *ibid.*, p. 110.
- <sup>24</sup> FRANCO, Tito. *Monarquia e Monarquistas*. Prefácio de Manuel Correia de Andrade. 2ª ed. rev. e atual. Recife: FUNDAJ, Editora Massangana, 1990. Série República, vol. 14.
- <sup>25</sup> CELSO, Affonso. *O Imperador no exílio*. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1893.
- <sup>26</sup> PRADO, Eduardo. *A ilusão americana*, p. 131.
- <sup>27</sup> Id., *ibid.*, p. 166-175.
- <sup>28</sup> Sobre as participações da Princesa Isabel no abolicionismo, A. O. Mattos, *Guarda Negra: A Redemptora e o Ocaso do Império* e R. Barman, *Princesa Isabel do Brasil*, p. 236-237.
- <sup>29</sup> NABUCO, Joaquim. *O erro do Imperador*. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger & Filhos, 1886. *Propaganda Liberal*: série para o povo. Primeiro opúsculo.
- <sup>30</sup> VELHO, Gilberto. "Memória, identidade e projeto". In: *Projeto e metamorfose. Antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor. 1994, pp. 97 a 105.

## Letras revolucionárias: a carta de Marighella ao almirante Aragão

Anderson da Silva Almeida\*

Não faz muito tempo que a escrita epistolar passou a fazer parte do conjunto de fontes analisadas pelos historiadores brasileiros em suas pesquisas. De acordo com Angela de Castro Gomes, "não são ainda muito numerosos os estudos que se dedicam a uma reflexão sistemática sobre esse tipo de escritos [cartas, diários íntimos e memórias] na área da história do Brasil". Acrescentando que "as iniciativas que constituem exceções provêm muito mais do campo da literatura e, recentemente, de estudos de história da educação".<sup>1</sup> Estando necessariamente associadas à emergência do *indivíduo moderno* que se sobrepõe a uma lógica coletiva tradicional, as escritas de si ou práticas de produção do eu, vão paulatinamente ganhando terreno no campo analítico da historiografia brasileira.<sup>2</sup> Ainda sobre a questão do *indivíduo* e a construção do *eu*, Gomes pontua que:

*A correspondência pessoal, assim como outras formas de escritas de si, expande-se pari passu ao processo de privatização da sociedade ocidental, com a afirmação do valor do indivíduo e a construção de novos códigos de relações sociais de intimidade (...). A escrita de cartas expressa de forma emblemática tais características, com uma particularidade: elas são produzidas tendo, a priori, um destinatário. Assim, tal como outras práticas de escrita de si, a correspondência constitui, simultaneamente, o sujeito e seu texto. Mas, diferentemente das demais, a correspondência tem um destinatário específico com quem se vai estabelecer relações. Ela implica uma interlocução, uma troca, sendo um jogo interativo entre quem escreve e quem lê – sujeitos que se revezam, ocupando os mesmos papéis através do tempo. Escrever cartas é assim 'dar-se a ver', é mostrar-se ao destinatário, que está ao mesmo tempo sendo 'visto' pelo remetente, o que permite um têtê-à-tête, uma forma de presença (física, inclusive) muito especial.<sup>3</sup>*

De acordo com Rebeca Gontijo, a carta "trata-se de um tipo de comunicação escrita, que varia conforme o uso a que se destina".<sup>4</sup> Citando Cécile Dauphin, Gontijo acrescenta que o termo é polissêmico, significando "traço, o 'vestígio de uma realidade complexa'; texto produzido e objeto trocado, testemunha das trocas afetivas, profissionais e intelectuais entre os indivíduos".<sup>5</sup> O conceito é ampliado pela análise de Brigitte Díaz, para quem as correspondências são "textos híbridos, que transitam entre categorias